

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA CEJUV

17/02/2020

Ao dia 17 do mês de Fevereiro do ano de 2020, às 14h00min, na Sala de Situações do 7º andar, na Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho, situada no Palácio das Araucárias, à Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Centro Cívico, Curitiba/PR, estiveram reunidos os(as) Conselheiros(as) integrantes do Conselho Estadual da Juventude – CEJUV/PR.

Devido à ausência do Presidente governamental do CEJUV, Faulze Salmen Neto, o vice-presidente Marcos Willian Loiola da Costa iniciou a pauta apresentando e agradecendo todos os conselheiros e convidados presentes.

Após, foi apresentado aos conselheiros(as) , para aprovação, a pauta de reunião ordinária de 28 de janeiro de 2020.

O Conselheiro Diego Silva – Parafuso Educomunicação informou que foi enviado ao e-mail institucional do CEJUV, na parte da manhã deste mesmo dia, um documento sugerindo algumas alterações no texto do presente documento. A Conselheira Larissa Marsolik sugeriu que, por questões no descompasso no prazo do envio da Ata para apreciação de todos os conselheiros, pela recente nomeação do Secretário Executivo - Douglas Fontana Miranda que não teve tempo hábil para cumprir com os prazos previstos em regimento, que as referidas alterações solicitadas pela entidade sejam feitas e apresentadas juntamente com a Ata de Reunião Ordinária do dia 17 de fevereiro de 2020, cabendo aprovação das 2 (duas) Atas por parte de todos os conselheiros(as) na próxima reunião plenária. O plenário aprovou a proposta.

O Vice-Presidente Marcos Costa seguiu com a pauta, solicitando os informes da Secretária Executiva do CEJUV.

O Secretário Executivo Douglas Miranda iniciou falando sobre a questão da pauta de esclarecimento sobre a questão orçamentária da SEJUF, em que será convidado(a) um(a) servidor(a) para trazer esclarecimentos sobre finanças direcionadas em prol da juventude paranaense. Devido ao curto tempo para apresentação, por conta da extensa lista de pontos a serem discutidos na presente reunião, foi sugerido que seja transferida para a ordinária de março, ficando pré-definido como ponto de pauta. Segundo ponto, a apresentação da entidade GERAR também pediu a transferência de sua apresentação para o mês seguinte, por questão de organização e tempo considerável para esclarecimentos. O CEJUV recebeu um convite através do e-mail oficial, para participação na Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná – CERMA/PR, que será realizada no dia 20 de fevereiro de 2020,

das 13h30 às 17h00. A conselheira Larissa Marsolik reforçou que o Secretariado Executivo estará trazendo de maneira oficial todos os convites e as representações solicitadas ao CEJUV, onde o conselheiro irá participar com credencial representando o Conselho Estadual da Juventude. Não havendo nenhum (a) conselheiro (a) disponível para participar nas representações, ou no caso de coincidir com datas da plenária, nós iremos oficializar com o agradecimento pelo convite, deixando abertos novos convites para próximos eventos, lembrando que é uma pauta do CEJUV auxiliar e participar em outros Conselhos Estaduais, convidando-os também para participação em nosso Conselho.

O Conselheiro Alyson Fernandes se pré-dispõe para participar da reunião do CERMA, aguardando maiores informações e a verificação de disponibilidade em sua agenda. Fez também um agradecimento, cumprimentando o Alexandre Martins da Costa Filho – Presidente do Conselho Municipal de Juventude de Curitiba.

Douglas Miranda retomou a palavra, pedindo para que o conselheiro que represente o CEJUV nessas reuniões confeccione um breve relato (documentado) para que seja apresentado na plenária seguinte do CEJUV. Aproveitando o tema discutido, reforçou que todos os convites articulados entre os conselheiros sejam todos encaminhados ao e-mail oficial do CEJUV, para organização de agendas do presidente, do vice-presidente, ou definir algum(a) conselheiro(a) que possa estar exercendo essa representatividade. Larissa Marsolik reforçou a necessidade de manter as portas abertas nesse processo de articulação. Por vezes no interior os conselheiros recebem diretamente um convite, impossibilitado de participação, apenas agradece. Há a necessidade que a entidade/conselho que esteja convidando, oficie o Conselho para que possamos agradecer oficialmente, ou talvez criar uma pauta que conseqüente seja de interesse dessa instância. O e-mail oficial foi divulgado para conhecimento de todos: cejuv@ccivil.pr.gov.br.

Outro ponto, por questão de organização, este secretariado estará entrando em contato com todos os conselheiros, via whatsapp, solicitando dados para atualização cadastral, tais como: nome completo, e-mail, telefone, cadeira de representatividade e titularidade ou suplência.

Por último, a demanda de criação do artigo do Conselho Estadual da Juventude do Governo do Estado do Paraná no site 'Wikipédia' ainda não está pronta, mas está sendo trabalhado para possível entrega na reunião ordinária de março.

Todas as propostas foram aceitas pelo plenário.

Seguinte, o Vice-Presidente Marcos Costa apresentou a pauta de "Perspectivas para o Futuro da Empregabilidade da Juventude do Paraná", com apresentação do Sr. Domingos Murta – Presidente do CIEE/PR.

Domingos Murta, iniciou cumprimentando o Presidente interino Marcos Costa e aos demais presentes. Ressaltou que todos os trabalhos do Conselho e do CIEE convergem, incentivando a prática de inclusão dos jovens no mercado de trabalho. O CIEE é uma

entidade sem fins lucrativos, de assistência social, que tem como objetivo fazer a inclusão dos jovens no mercado de trabalho. Existente no Brasil há 55 anos no Brasil, 52 anos no Paraná. Uma entidade que no passado foi fundada por empresários, professores, funcionários da educação. Passaram pelo CIEE dezenas de personalidades importantes do Paraná que participaram desse projeto. A presidência fica por conta de Domingos Murta, tendo diretoria composta por seis diretores, conselho administrativo e um Conselho Geral que participa de assembleias, como assembleias de prestação de contas, balanços orçamentários e novas eleições do CIEE. Todos esses diretores e conselheiros são voluntários, não recebendo nenhum tipo de remuneração. O CIEE tem dois programas pilares: o primeiro programa é o de aprendizagem, regulamentado com legislação federal, Lei 10.097/00 tem como objetivo fazer a inserção desses jovens no mundo de trabalho e o segundo é programa de estagiários, além dos programas sociais, onde toda sua receita líquida é destinada a esses programas sociais.

Ato contínuo foi apresentado um vídeo institucional sobre o CIEE.

Seguindo, foi apresentado o Plano Estadual Sobre Drogas, do Núcleo de Política Sobre Drogas/SESP, pelo seu diretor Renato Figueroa. A preocupação relacionada à juventude tem início campo de prevenção dentro desse plano. Os objetivos são de traçar estratégias preventivas diferenciadas e adequadas a especificidades da população, bem como os diferentes tipos de drogas, buscando atingir os grupos vulneráveis e também envolvendo diversos órgãos públicos do Estado para serem parceiros nessas ações, indicando técnicos que possam contribuir com informações e dicas importantes. Renata Torres, também da SESP, justificou que no início do desenvolvimento do Plano, foi reconhecido essa necessidade de participação com o grupo das juventudes, sendo relacionada principalmente nos eixos de prevenção ao uso de drogas, a participação dos jovens no combate, e no eixo de reinserção social, ajudando na recuperação e reinserindo o jovem novamente a sociedade e ao mercado de trabalho. Finalizou agradecendo à participação e almejando trabalhar em novas ações futuras, juntamente com o CEJUV e integrados aos demais conselhos municipais. A conselheira Larissa Marsolik sugeriu que fosse feito um estudo de pautas, juntamente comissão de mobilização para definir as ações e o trabalho com lideranças em todo o Paraná.

Adiante o informe sobre as organizações das comissões e apresentação das pautas. Foi definido, a exemplo de outros conselhos, uma forma melhor de organização das demandas. Larissa Marsolik reforçou que através do regimento interno do CEJUV, as comissões devem trabalhar com as pautas a ela pertinentes, com o papel de elaborar o parecer, os instrumentos que o parecer remete, definindo expediente para a reunião ordinária, trazendo ao plenário a discussão definida. A busca é pela celeridade nos processos do Conselho e deliberações mais assertivas a respeito de políticas públicas. Também de acordo com o regimento, alinhar o horário das reuniões das comissões, tendo que ser paritárias entre conselheiros governamentais e não governamentais. O conselheiro Alyson Fernandes explicou que no regimento existe o regulamento de horário e data das reuniões, vindo tal discussão pelo motivo de que as reuniões das comissões estão tendo dificuldades em acontecer por parte dos conselheiros, que se desencontram

em horários disponíveis. Foi sugerido aos presidentes das comissões, para que sejam seguidas as normas, as reuniões sejam realizadas na parte da manhã, no dia da reunião ordinária, momentos antes do início da mesma. No caso do não comparecimento do conselheiro titular na reunião, que seja solicitado ao conselheiro suplente se faça presente. O conselheiro Alex Sandro ressaltou que as comissões, em processo de amadurecimento, deveriam ser mais bem distribuídas entres os conselheiros, pois, a exemplo da Comissão de Comunicação possuir apenas quatro conselheiros, na falta de um nas reuniões da comissão, prejudica-se a paridade. Como sugestão, o secretariado executivo irá fazer um novo cadastro atualizado de todos os conselheiros, devendo conter as informações pessoais necessárias, tais como: e-mail, telefone, nome completo, representatividade e titularidade ou suplência das cadeiras. A partir de esse cadastro mapear e apresentar na próxima reunião plenária a representação de cada comissão, verificando se há ou não paridade dentro desses grupos, redistribuindo os conselheiros entre as comissões se necessário. O conselheiro Danilo Buss sugeriu também, com base no comentário do vice-presidente Marcos, que haja uma discussão sobre a definição (mudança) no regimento interno, com proporcionalidade entre todos os conselheiros, que seja especificado o número mínimo destes em cada comissão permanente. O conselheiro Lucas Siqueira deu sua posição em que a mudança no regimento interno terá uma carga mais significativa do que tentar organizar internamente na comissão, uma data, hora e o formato em que essas reuniões devem ser realizadas, como sugestão, quem não puder comparecer presencialmente, faça via plataformas online. Ficou definido que o primeiro passo será levantar todos os dados, segundo passo apresentar todas as comissões e quem já faz parte apresentando participações duplicadas, terceiro passo o presidente de cada comissão deve combinar as estratégias para a realização da reunião, informando ao secretário executivo de forma oficial (e-mail oficial) as definições para que haja o apoio deste conselho, na data da reunião plenária.

Ao relato da Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização, como primeiro ponto, definição de prazos para a publicização de documentos existentes no site do Conselho. Como sugestão da mesa diretiva, o departamento irá fazer a busca desses documentos e trazer até a próxima reunião plenária para explanação e publicização. Foi debatido sobre a produção de um parecer da reunião da comissão, no período da manhã no dia da reunião plenária, tendo um curto espaço de tempo para ser produzido, solicitado pelo conselheiro Alex Sandro, que o secretário executivo disponibilize as pautas em um documento antecipado, restando apenas a comissão sistematizar as definições, complementando com o parecer, e o equipamento necessário como computador, pendrive, etc; e se possível, disponibilizar pessoal para apoio técnico.

O segundo ponto de relato solicita informações sobre os orçamentos previstos para políticas públicas de juventude. A possibilidade de consultar diferentes secretarias sobre as ações e os projetos voltados a esse assunto. Conforme encaminhamento anterior, nos informes, foi solicitado à presença de um servidor específico para melhores esclarecimentos. Devido ao curto espaço de tempo para esclarecimentos, essa pauta ficou definida para próxima reunião plenária.

Terceiro ponto, a publicização dos relatórios das três conferências estaduais já realizadas. Segue o mesmo encaminhamento do primeiro ponto, volta na próxima reunião com a apresentação dos documentos que conseguiram ser recuperados.

Quarto item, a proposta de um evento comemorativo que se realizará em agosto de 2020. Parecer da comissão foi favorável, aguardando posicionamento do Departamento da Juventude. Pela mesa diretiva, foi informado que está sendo programado um festival conjunto com a Conferência Nacional da Juventude, porém não existe previsão orçamentária para execução desse evento, tendo que trabalhar com parcerias, colaboradores, patrocinadores que possam compor essa demanda, cominando com os eventos da conferência. Como encaminhamento, foi sugerida a discussão na comissão da conferência estratégias de movimento, de divulgação e de elaboração dessa comemoração, visando uma estratégia de ação/campanha institucional de fortalecimento, de promoção do Estatuto da Juventude.

Item cinco, publicização do Plano Estadual da Juventude do Paraná. Já existe a comissão de revisão do Plano vigente, mas é importante a publicação dos trabalhos anteriores, assim que possível. O encaminhamento é o mesmo do primeiro item, a busca desse documento para disponibilizar no site até a próxima reunião, devido à reformulação que vem ocorrendo no site da SEJUF

Item sexto, aplicação de pesquisa aos membros do CEJUV. Se os conselheiros aceitam responder um questionário aos hábitos de comunicação, ao direito à educação e a participação social. Questões ligadas aos hábitos de consumo de internet, entre consumo e produção, a importância da pauta de educação e direitos humanos e a participação social. Se favorável o parecer do conselho, a Parafuso Educomunicação se compromete em criar esse documento, compilando as respostas e dentro de alguns meses elaborar um relatório para que os jovens futuramente venham a ter conhecimento de como era o nosso perfil nessa relação. Parecer favorável dos conselheiros.

Próximo ponto, a participação do CEJUV na Conferência Estadual do CEDCA. Solicitar uma participação, um intercâmbio de participações devido aos assuntos relacionados à criança e adolescentes que são pertinentes também ao CEJUV. Alex Sandro que teve participação algum tempo no CEDCA sugeriu que há uma comissão responsável pela organização em que o departamento da juventude poderá articular a participação. O vice-presidente Marcos Costa enfatizou a importância do estreitamento dos laços com esse departamento, pois, a juventude contempla também alguns adolescentes que fazem parte dos programas realizados pelo CEDCA. O secretário executivo se pronunciou em caso de aprovação pelo plenário, ficar responsável pelo levantamento de dados e possibilidades de participação por parte do CEJUV, e posteriormente, debater quem serão os representantes para preencher as vagas.

Item oito, disponibilização de contato dos representantes dos Grêmios Estudantis do Paraná pela SEED ao CEJUV. O conselheiro Diego Silva sugeriu elaborar um ofício à SEED solicitando a lista de contato dos representantes de grêmios estudantis, para

articulação entre os líderes e divulgação entre as partes dos assuntos relacionados às políticas para juventudes. Como sugestão do conselheiro Lucas, oficial também a UPES que é a União Paranaense de Estudantes Secundaristas.

Item nove, cobertura Educomunicativa da Conferência Estadual da Juventude, com possibilidade de financiamento peço CEDCA/PR. Articulação entre os conselhos, para a possibilidade de contribuição via FIA juntamente com o convite para a participação por parte do CEDCA para cobertura da Conferência Estadual da Juventude, visto que a Educomunicação necessita de recursos para tal demanda. O conselheiro Diego salientou, em caso de negativa, pensar em formas alternativas de garantir uma forma de cobertura colaborativa.

Por questão de ordem, foi solicitada e colocada em votação a inversão de pauta. Foi sugerido, antecedendo à relatoria da Comissão de Acompanhamento aos Conselhos Municipais, o recado do presidente do Conselho Municipal da Juventude de Curitiba e a apresentação de apontamentos sobre a Conferência Estadual da Juventude. Aprovado pela plenária.

O presidente do Conselho Municipal da Juventude, Alexandre Martins da Costa Filho justificou que recentemente o conselho por ele presidido, está passando por uma reformulação nos membros, onde foi feita uma eleição no final do ano passado, em que algumas cadeiras ficaram vagas. De forma a complementar estas cadeiras estarão realizando novas eleições, no dia 05 de março de 2020, através de uma assembléia geral. Serão eleitas as vagas de representantes de grêmios estudantis e secundaristas, uma vaga para representantes universitários, representantes de jovens negros e para representantes de quatro regionais, sendo elas, Boa Vista, CIC, Santa Felicidade, Boqueirão. Para efetuar a inscrição devem entrar em contato com a secretaria executivo através de e-mail, telefone ou presencialmente.

Após, Luiz Carlos Pujol, selecionado pela Unesco e pela Secretaria Nacional da Juventude para mobilizar determinadas regiões do Paraná, trouxe alguns apontamentos que foram direcionados no treinamento cedido pela Secretaria Nacional da Juventude, em Brasília, sobre a 4º Conferência Nacional da Juventude. Os eixos temáticos seguidos serão os mesmos do Sistema Nacional da Juventude, preceitos do estatuto. Somado a isso está o Sistema Nacional da Juventude, encarregado pela divulgação e inserção de parceiros e convênios com o sistema. Alguns plexos estão sendo dada maior atenção, entre eles o contexto da indústria 4.0 da inovação da tecnologia e do jovem se tornar protagonista, além de usuário, trabalhar nessa área, criando startups e dentre outras formas. A valorização e a divulgação do estatuto é um dos posicionamentos mais importantes também informados. Entre as regiões definidas ao mobilizador, estão os municípios e regiões intermediárias imediatas: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina e Guarapuava, trabalhando nas etapas de realização da conferência municipal, estadual e pré-conferências (não-obrigatórias), sendo necessário obedecer a essa ordem cronológica, dando legitimidade uma à outra, em ordem subseqüente. Na conferência municipal, serão eleitos delegados, ainda não definido o número permitido, e selecionados

as três principais propostas (número ilimitados de propostas) da Conferência que serão levadas à Estadual e futuramente à Nacional. As conferências municipais podem ser intermunicipais, sendo permitidos os municípios se unirem para realizá-las. Como requisitos para organização das conferências municipais, é necessário ter um organismo gestor de juventude no município, podendo ser uma secretaria, uma diretoria ou até mesmo um servidor designado a essa função. Além desse gestor ligado a administração pública, deve haver o Conselho Municipal da Juventude instituído. A forma oficial de convocação é um decreto, sendo assim, cabendo ao prefeito essa convocação, em que a Secretaria Nacional da Juventude disponibilizará um “kit” com as especificações desses documentos. Todo o cadastro será feito de forma digital, onde o gestor municipal irá alimentar o sistema com todas as documentações necessárias e o mobilizador irá fazer a análise e a aprovação de todos os documentos, ou em caso de análise negativa, solicitar a correção. Quanto aos prazos, estão exíguos, constando na minuta do regimento interno, ainda aguardando publicação em Diário Oficial para validação. De acordo com o texto em si, as datas previstas são: Conferências Municipais de 1º de março à 10 de maio; Conferência Estadual de 11 de maio à 20 de junho; Nacional dia 12, 13 e 14 de agosto. O prazo para convocação é de 15 dias antecipados, permitidos a partir da divulgação do regimento interno. Todos os contatos relacionados ao mobilizador Luiz Pujol, entre número de telefone, email, site e redes sociais foram apresentados para esclarecimentos sobre este assunto. Os delegados não precisam estar entre a faixa etária considerada como juventude, tendo apenas que haver paridade entre titulares e suplentes. O coordenador de políticas públicas para a juventude da SEJUF, Samuel Tives reforçou as informações expostas por Luiz Pujol, aproveitando para esclarecer alguns pontos sobre o evento em que participou em Brasília. O CNJ pretende dar um formato mais tecnológico, trazendo ao contexto atual da juventude, em forma de festival, porém, ainda faltando muitas informações para que se pudesse ser iniciado o processo de organização do evento, podendo trazer-nos ao erro. Algumas notícias da CNJ, dentre algumas é a Estação da Juventude, projeto de qualificação que pode ser trazido ao nosso Estado, voltado à questão de empregabilidade da juventude, com boa aceitação por parte de alguns entes políticos, podendo ser estruturado logo após o processo das conferências e a Carteirinha Verde e Amarela que deverá ser debatido em conselho. Ainda, Samuel deixou como sugestão à plenária, que assim que seja lançada a assinatura oficial da minuta, seja reunida a Comissão da Conferência, pontuando as configurações da organização de acordo com as diretrizes oficiais.

Dando continuidade, o vice-presidente Marcos cedeu a palavra para alguns recados por parte dos conselheiros.

Conselheira Thaís Maria Fagundes, representante da cadeira Regional Centro Sul, Sudeste e Centro Oriental, eleita da entidade da JSPDT, informou que devido à sua desfiliação do referido partido, com reunião interna dentro da entidade, ficou designado a sua substituição por Camilla Gonda, secretária geral do partido.

Conselheiro Yuri reforçou a importância da apresentação por parte do CIEE, aproveitando o assunto para questionar sobre um possível convite à Central de Estágio para

levantamentos sobre a questão do reajuste dos salários dos estagiários que não sofre alterações desde 2012. A conselheira Larissa sugeriu que fosse trazida a pauta para discussão com a comissão pertinente a tal assunto, elaborando o convite e trazendo para a mesa uma possível data para tal participação.

Por questão de ordem, o presidente interino reforçou que ficaram as seguintes pautas para próxima reunião ordinária: o relato das comissões de fiscalização e acompanhamento e dos conselhos municipais; fala do Luiz Pujol sobre a importância do voto aos 16 anos; fala do Rafael Perin sobre educação financeira para os jovens; convidado sobre explanação orçamentária do SEJUF e; palestra da entidade GERAR.

Assim, o presidente interino do CEJUV, Marcos Willian Loiola da Costa, agradeceu a presença de todos os presentes e determinou o encerramento da pauta.

A presente ata foi redigida pelo Secretário Executivo do Conselho Estadual da Juventude, Douglas Fontana Miranda.

Fauze Salmen Neto
Presidente do CEJUV/PR